

negócios de mineiros: comércio e produção da riqueza na crise da escravidão (c. 1850-1880)*

business affairs of the *mineiros*: trade and wealth production in the slavery crisis (c. 1850-1880)

Paula Chaves Teixeira Pinto**

Departamento de Ciências Sociais e Jurídicas, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, Minas Gerais, Brasil

RESUMO

Este artigo tem como objetivo explorar as relações mercantis entre a Província de Minas Gerais e o Rio de Janeiro, através do estudo da rede de negócios que ligou a comarca do Rio das Mortes à capital do Império. Para tanto, recorremos ao caso do fazendeiro mineiro Gervásio Pereira Alvim e seus contatos firmados na praça carioca e em outras praças da Província de Minas Gerais, na segunda metade do século XIX.

Palavras-chave: Minas Gerais. Redes mercantis. Comércio interprovincial.

ABSTRACT

This article has as objective the mercantile relationships between Province of Minas Gerais and Rio de Janeiro city through the study of the trade between Rio das Mortes' region and the Empire's capital. For that, we analyze the case of the farmer Gervásio Pereira Alvim and his contacts in Rio de Janeiro city and other mercantile places in Province of Minas Gerais during the second half of the nineteenth century.

Keywords: Minas Gerais. Mercantile networks. Interprovincial trade.

Introdução

Nas últimas décadas, os arquivos particulares, as documentações pessoais, os diários de contabilidades e as fotografias têm sido cada vez mais explorados como fontes relevantes para o estudo do cotidiano pretérito. Vestígios da ação do homem no tempo, tais fontes nos permitem entrever as nuances sociais, políticas e econômicas, além de aspectos de

* Pesquisa financiada pelo CNPq.

Submetido: 27 de outubro de 2016; aceito: 19 de dezembro de 2016.

** Professora adjunta 1, contrato temporário, do Departamento de Ciências Sociais e Jurídicas da Universidade Federal de São João del-Rei. Doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. E-mail: paulinhact@yahoo.com.br

ordem da mentalidade e visão de mundo de seus criadores. A grande maioria desses arquivos sobreviveu ao simples acaso: sejam aqueles papéis esquecidos em fundo falso de gaveta, sejam como memória escritas de fazendas antigas, sejam ainda devido a outras situações que permitiram a preservação. Alguns receberam tratamento especial, que, ao serem doados, foram alocados em arquivos públicos, centros de memória ou bibliotecas, enquanto outros, no entanto, foram retidos por descendentes como relíquias de um passado ostentoso da família. Enfim, como a história é a ciência que estuda a ação dos homens no tempo, a história desses documentos (na verdade, Marc Bloch enfatiza que a maioria das fontes) revela a ação do homem, isto é, eles não brotaram do nada em determinados espaços, tudo se trata de intervenção humana, seja no sentido de preservar e reproduzir o conhecimento, seja no sentido de obstruir o passado, seja por simples esquecimento (Bloch, 2001).

Independentemente de qual seja a história de sobrevivência desses acervos particulares (cartas, diários, contabilidade, fotografias etc.), nas mãos de historiadores, esses documentos têm se tornado ricos mananciais de informações sobre diversos temas e recortes, contribuindo, sobremaneira, para o nosso conhecimento sobre as sociedades passadas, sobre os sujeitos históricos, as formas de organização social, política e econômica e sua reprodução (e ruptura) no tempo, sobre estratégias pessoais e articulações familiares etc. Em especial, a história econômica de Minas Gerais tem-se enriquecido com a exploração desses “papéis velhos”. Trabalhos sobre o período colonial mineiro, como, por exemplo, o de Júnia Ferreira Furtado, que estudou a correspondência do comerciante lusitano Francisco Pinheiro e seus agentes nas Minas do Ouro, ressaltaram o papel dos comerciantes e da atividade comercial na reprodução do poder metropolitano na capitania mineira. No trabalho, foi descortinada a dinâmica mercantil empreendida nos negócios de Francisco Pinheiro, ressaltando a importância das redes de clientela e da constante comunicação, via cartas, para a concretização dos arranjos mercantis (Furtado, 1999). Já Alexandra Maria Pereira, explorando o livro-caixa de uma casa mercantil de Vila Rica, entre fevereiro de 1737 e agosto de 1738, pertencente à Coleção Casa dos Contos, fez uma análise descritiva dos produtos ofertados pela loja, bem como de sua clientela. De acordo com Pereira, o livro-caixa ou borrador do comerciante anônimo registra o perfil de compras dos clientes, as mercadorias comercializadas, bem como

a dinâmica de pagamentos e faturamento da loja (Pereira, 2010). A partir das informações dispostas naquele diário de contabilidade, a autora realçou o dinamismo comercial em Vila Rica, bem como o perfil de seu mercado consumidor. Em outro trabalho, Pereira, analisando a trajetória do comerciante e contratador Jorge Pinto de Azeredo nas Minas do Ouro, a partir da documentação da Coleção Casa dos Contos, realçou as estratégias do comerciante, as formas de sociabilização e a inserção social e econômica nas Minas e na praça mercantil do Rio de Janeiro (Pereira, 2013). Tais trabalhos contribuíram para o conhecimento de traços da economia de Minas Gerais, realçando o vulto das atividades mercantis, as possibilidades de ascensão social e as articulações e as estratégias dos sujeitos históricos na faina diária.

Para o período imperial, a documentação privada do fazendeiro Gervásio Pereira Alvim tem contribuído para o conhecimento da dinâmica mercantil entre o sul de Minas Gerais e a praça mercantil do Rio de Janeiro. A documentação, composta por cartas pessoais, acertos de negócios, créditos, entre outros, deixa entrever os desafios enfrentados pelo fazendeiro na labuta diária para a construção e reprodução da riqueza e das relações de poder no universo escravista de Minas Gerais oitocentista. Através da exploração das relações sociais (redes de parentela e de vizinhança), dos negócios e das estratégias de reprodução da riqueza do fazendeiro, temos descortinado vários traços da economia mineira, sobretudo no que se refere à economia de abastecimento da praça do Rio de Janeiro e à dinâmica do comércio regional no interior da comarca do Rio das Mortes (Teixeira, 2009; Pinto, 2014).

Por meio do método da redução da escala de análise, elementos invisíveis dentro das longas séries e das bases estatísticas tornaram-se perceptíveis, dando significação ao comportamento social e à recepção (e aos limites) dos sistemas normativos pelos indivíduos (Levi, 2011). Assim, a microanálise nos permitiu observar os sujeitos tecendo suas estratégias de sobrevivência, articulando e delineando, num quadro limitado por questões sociais, econômicas e políticas, suas escolhas, seus raios de ação e atuação e suas interações com outros sujeitos. Esse método, o mais apropriado a esta pesquisa, nos permitiu uma melhor construção do social, uma vez que, ao nos afastarmos do modelo de macro-história, nos apropriamos de elementos, acontecimentos e fatos significativos que desnudaram as interações sociais dos sujeitos no com-

plexo jogo social. O que buscamos foi a ação do homem e sua interação com a sociedade, suas reações diante das transformações impostas, suas percepções de mundo, suas ações valorativas, que, somente através de uma análise pontual, podemos alcançar (Revel, 1998; Levi, 2011). Foi assim, portanto, que Gervásio Pereira Alvim, suas atividades mercantis e agrárias e seus relacionamentos sociais ganharam significação e tratamento historiográfico. Por meio desse personagem, que se apresenta como uma possibilidade de análise do Oitocentos, podemos observar práticas sociais, políticas, econômicas e simbólicas corriqueiras no cotidiano imperial brasileiro desenvolvidas por membros das elites, cujo objetivo era garantir suas sobrevivências e a reprodução da riqueza e do poder, que vistas “de cima” são imperceptíveis (Teixeira, 2009; Pinto, 2014).

Gervásio Pereira Alvim era fazendeiro, morador em Campos Gerais, Distrito da Lage, termo da Vila de São José, comarca do Rio das Mortes. Proprietário de rancho e pouso de tropas no caminho da Lage, tinha na tríade escravidão, terra e gado a base de sustentação e reprodução da sua riqueza. Herdeiro de forte apego a escravidão, o fazendeiro Gervásio Pereira Alvim era descendente de um dos primeiros habitantes da região, o capitão José de Resende Costa – inconfidente punido com degredo, na África, pelas justiças de Sua Majestade a rainha dona Maria I, em 1792. Era herdeiro também de extensa teia familiar e redes de clientela e amizade, reconstruída ao longo do final do século XVIII e da primeira metade da centúria seguinte, que era acionada para dar dinamismo às atividades mercantis, garantir o acesso ao crédito e dar credibilidade aos sujeitos em praças distantes. Atuante no comércio interprovincial mineiro, sobretudo no abastecimento de gado na praça mercantil carioca, o fazendeiro Gervásio Pereira Alvim buscava suas mercadorias na região interiorana da comarca do Rio das Mortes, bem como no sertão mineiro e em Sorocaba, Província de São Paulo, conformando um comércio triangular. É sobre as atividades mercantis do fazendeiro mineiro no abastecimento da corte que trataremos neste artigo.

1. Os mineiros, a chegada da corte portuguesa e o comércio

A chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro, em março

1808, acompanhada de todo o aparato administrativo-burocrático do Império ultramarino português, acarretou inúmeras transformações na sua principal colônia, em especial na região Centro-Sul do Brasil. O Rio de Janeiro, que, desde meados do século XVIII, já era uma das principais praças de comércio do Atlântico Sul, após se transformar em capital do Império lusitano, centro das decisões políticas e administrativas, consolidava sua posição de centro econômico, social e político do Centro-Sul do Brasil e de principal praça de comércio do Império ultramarino português (Fragoso; Florentino, 2001). Em 1808, a cidade viu sua população duplicar da noite para o dia em função do grande fluxo migratório de funcionários do Estado português e de nobres que acompanhavam a comitiva real, bem como de comerciantes estrangeiros e de brasileiros que rumaram para a cidade, fosse a negócios, fosse para se aproximar da realeza portuguesa (Dias, 1986).

O impacto das transformações decorrente da transmigração da família real e do aparato de governo foi tamanho, que, de acordo com Caio Prado Júnior (2012), a história da Independência do Brasil se inicia com a chegada da corte na colônia e as consequentes mudanças no rumo das políticas do Império ultramarino português. Entre essas mudanças, destacam-se a abertura dos portos coloniais e o livre-comércio com as nações amigas (a ruptura com o “exclusivo colonial”), a implementação de melhorias na infraestrutura da nova sede do Império (por exemplo, a revogação da proibição de abertura de caminhos e estradas, bem como a da instalação de manufaturas e tecelagens etc.) e, ainda, foi presenciado um avanço significativo na internalização do capital nativo no Centro-Sul da colônia (Prado Júnior, 2012; Dias, 1986; Lenharo, 1993). Enfim, o ano de 1808, com a chegada da corte portuguesa, entrou para a história como um marco ímpar na evolução política, econômica e cultural do país.

Acompanhando o ritmo das transformações que se operavam no Centro-Sul da colônia, desde meados do Setecentos, em 1808 o Rio de Janeiro se consolidou como polo drenador de gêneros de abastecimento, enquanto as economias voltadas para esse ramo do comércio interno se solidificaram (Lenharo, 1993). Para a nova sede do Império ultramarino português, era enviada grande quantidade de alimentos e animais, consequência do aumento da demanda por produtos de necessidades básicas. Antes mesmo da instalação da corte e do aparato do Estado português, o príncipe regente, dom João, fez diversas recomendações ao vice-rei,

como preparativos para a sua chegada. Alcir Lenharo (1993) nos lembra de ofícios e ordens que foram despachados do Rio de Janeiro, solicitando o socorro aos portos e às capitanias próximas, para abastecer a cidade carioca de víveres. No ofício de 8 de março de 1808, o governador da Capitania de Minas Gerais dizia ao Visconde de Anadia

terem já 700 e tantas cabeças de gado vacum, 250 porcos e outros gêneros mais, que espontaneamente têm sido oferecido pelos povos, e tudo isto há de ser conduzido com o cômodo possível, o que não será com muita brevidade, pela distância e longes. (Apud Lenharo, 1993, p. 34)

No tocante à Capitania de Minas Gerais, que, desde as décadas finais do século XVIII, passava por uma reorientação econômica, voltava-se para a produção de víveres destinada ao mercado interno, esse momento foi a oportunidade de ampliar suas atividades e garantir seu quinhão no abastecimento da corte e angariar as graças distribuídas pelo príncipe regente. De acordo com Lenharo (1993), foram muitos os fazendeiros e os tropeiros mineiros que concorreram para o abastecimento da corte. Como ilustrativo, o autor nos apresentou o emblemático caso de dona Joaquina do Pompeu, proprietária de fazendas na região de Pitangui, proximidades de Vila Rica. Conforme a narrativa, dona Joaquina, através de seu representante comercial em Vila Rica, Diogo Pereira de Vasconcelos, enviara para a Fazenda de Santa Cruz (local destinado para recebimento das doações) 200 cabeças de gado. Além do grande número de animais enviados, outro ponto interessante e que merece ser destacado é a expectativa da doadora e de seu representante em tal contribuição. Em nota no texto, Lenharo (1993) destacou a carta de 28 de agosto de 1808, de Diogo Pereira de Vasconcelos a dona Joaquina. Na missiva, o representante de dona Joaquina dizia estar satisfeito com a doação da proprietária e informava que havia conseguido encaminhar uma carta dela ao príncipe regente. Diogo Pereira de Vasconcelos analisou a doação através dos ganhos materiais, como, por exemplo, a sedimentação das bases comerciais naquela praça por meio da familiarização com os mecanismos do mercado carioca, bem como através dos ganhos simbólicos (que também poderiam ser revertidos em ganhos materiais), já que a proprietária entrou para o rol dos agraciados do regente e do Estado (apud Lenharo, 1993, p. 43).

Outras medidas mais foram tomadas, para garantir o abastecimento sistemático da cidade do Rio de Janeiro e o fluxo contínuo de comércio. Antes de 1808, havia muitas dificuldades de circulação de mercadorias entre o interior e a capital colonial, gerando frequentes crises de abastecimentos. Concernente ao comércio de gado e seus derivados, Pedro Henrique Pedreira Campos (2006) afirma que a chegada da corte produziu um salto quantitativo na demanda por carne verde no Rio de Janeiro. Devido à natureza dessa mercadoria, carne de animal recém-abatido, seu consumo deveria se dar em aproximadamente 24 horas. O comércio desse gênero era especialmente problemático, porém com grande procura para consumo. Segundo Campos (2006), mesmo com a formação de uma teia de abastecimento de gado para o Rio de Janeiro partindo do Sul da colônia, os anos de 1808 e 1818 foram marcados pela escassez de gado naquela praça, verificando a quase ausência da carne verde na cidade. Isso porque, até 1818, o grosso do abastecimento de carnes verdes era proveniente da Capitania do Rio Grande de São Pedro e devido a uma série de questões políticas e econômicas na região; especialmente a partir de 1812, as exportações de gado em pé foram interrompidas. Nesse processo, Campos destacou que, até 1818,

a capitania [do Rio Grande de São Pedro] provia 50% do que era necessário ao consumo da cidade [Rio de Janeiro], o que significava um número de “vinte a vinte e cinco mil reses” anuais enquanto Minas Gerais e o Continente de Curitiba juntos proviam número de reses similar à cidade. (Campos, 2006, p. 2)

Assim, para Campos (2006), a conjuntura política decorrente da Guerra da Cisplatina, bem como a opção dos estanceiros em fortalecer-se no comércio do charque no Sul, permitiram que a Capitania de Minas Gerais tomasse a dianteira no ramo abastecedor da praça carioca.

Maria Thereza Petrone (1976), no estudo sobre a atuação de Antônio da Silva Prado, Barão de Iguape, no comércio de gado para o Rio de Janeiro, também destacou as condições do mercado carioca e suas crises de abastecimento após a instalação da família real. Através da correspondência entre Antônio da Silva Prado e seus intermediários, o mercado carioca aparece não apenas como centro consumidor do gado do comerciante, bem como o destino das boiadas da Capitania/Província de

São Paulo. A autora destacou o impacto da instalação do governo lusitano na cidade, que implicou o crescimento da demanda por carnes, a mudança de hábitos de consumo da população, assim como uma melhoria na qualidade de vida. Segundo Petrone (1976), devido ao novo papel desempenhado pelo Rio de Janeiro, o comércio de gado de corte, de grande importância na dieta dos homens coloniais, ganhou um incremento muito grande a partir de 1808.

A respeito das crises de abastecimento, a Petrone (1976) destacou os diversos decretos e avisos régios, visando à regularização do abastecimento de animais para a cidade, o que, no entanto, não garantiu o suprimento regular. Em especial, acerca dos negócios de Antônio da Silva Prado, a especulação no mercado era uma constante, era a fórmula para se obter o maior lucro possível na atividade. Assim, as oscilações do mercado eram acompanhadas com muita atenção, observando muito de perto a oferta de animais na praça de comércio, o preço e as condições de venda. Enfim, mesmo com as solicitações régias e isenções para atrair os tropeiros, a prática da atividade requeria um controle estrito sobre a oferta e a demanda de gado, o que ocasionava, por vezes, escassez do produto na praça carioca (Petrone, 1976). No tocante à crise de 1818, período em que as exportações de gado em pé provenientes de Minas Gerais superaram as que vinham dos campos do Sul, Petrone atribuiu também as causas dessa inversão a problemas econômicos e políticos enfrentados pela região (a Guerra na Cisplatina) a partir de 1812 (Petrone, 1976).

Diante do crescimento da participação da capitania mineira no circuito abastecedor da corte, Lenharo (1993) destacou a abertura de caminhos (Estrada do Comércio e da Polícia) que ligassem a região da comarca do Rio das Mortes à capital do Império, com fito de garantir o fluxo constante de gêneros alimentícios entre as regiões. Segundo o autor, no período joanino, o abastecimento da corte se fazia por três vias. Uma externa, realizada por portos europeus, Lisboa e Londres, e na América, por portos na região do rio da Prata. Outras duas vias se conformavam no interior da colônia. A primeira seria o comércio de cabotagem, que ligava a região Sul do Brasil e regiões litorâneas próximas ao porto carioca à cidade do Rio de Janeiro; enquanto a outra, por via terrestre, era proveniente de Minas Gerais e de São Paulo. Esse último setor abastecedor tinha o sul de Minas Gerais como principal centro e

sua produção era completada por outras regiões da própria capitania, como, por exemplo, Paracatu (Lenharo, 1993, p. 20-21), e também por áreas habitadas no norte de São Paulo, que foram ocupadas no movimento de expansão das fronteiras das fazendas mineiras, no final do século XVIII e nas primeiras décadas do século XIX (Prado Júnior, 2011; Lenharo, 1993). Dessas regiões desciam para o Rio de Janeiro significativas quantidades de gado, porcos, galinhas, carneiros, toucinho, queijos e outros gêneros alimentícios (Lenharo, 1993, p. 25).

Completando ainda o projeto de dotação de uma infraestrutura mínima para a capital, o príncipe regente ainda fez cair por terra as proibições do comércio entre Minas Gerais e a Bahia, datadas do início do século XVIII (Zemella, 1990). Reabrindo antigos caminhos entre as duas capitanias e acompanhando o curso do rio Doce, fez abrir uma estrada que ligasse a Capitania de Minas Gerais à do Espírito Santo, bem como outra entre Minas Gerais e Campos dos Goytacazes, com vistas à regularização do comércio de gado, além da permissão de abertura de outros caminhos no interior da capitania mineira (Lenharo, 1993).

Nesse quadro de melhorias na infraestrutura interna da colônia, a comarca do Rio das Mortes (sul de Minas Gerais) se destacou entre as regiões que concorriam para o abastecimento do Rio de Janeiro. O dinamismo econômico experimentado pela comarca mineira foi anterior à crise da mineração. Segundo Mafalda Zemella (1990), a ocupação da região, no final do século XVII, se deu em função de esta ser rota entre as minas (na região central), o Rio de Janeiro e a Capitania de São Paulo, tendo como primeira atividade econômica a agropecuária voltada para o abastecimento das regiões mineradoras. No entanto, a descoberta de lavras de ouro, nas proximidades de São João del-Rei e São José, fez com que as vilas reorientassem suas atividades para a extração do mineral, porém foi mantido um circuito de fazendas abastecedoras de gêneros alimentícios. Assim, mesmo que a agricultura e a pecuária retivessem papéis menores no conjunto de atividades desenvolvidas na Capitania de Minas Gerais, sobretudo na primeira metade do século XVIII, Zemella (1990, p. 209-235) destacou que elas não foram de todo desprezadas e, ao passo que a mineração diminuía seus rendimentos, havia o crescimento da importância da agricultura com a busca por terras férteis para a expansão das áreas de plantação e criação de gado.

Prado Júnior (2011) também destacou a vivacidade da economia

agrícola e pastoril do sul de Minas Gerais, durante a crise da mineração. De acordo com o autor, a comarca do Rio das Mortes era uma região favorável à criação de gado e à agricultura devido a uma densa rede fluvial conformada por rios volumosos (rio Grande e seus afluentes Mortes, Sapucaí e Verde) e uma densa mata, que reuniria um conjunto de circunstância muito favorável ao desenvolvimento dessas atividades. Isto é, enquanto a capitania caminhava rumo à crise da produção aurífera e de pedras preciosas, o sul de Minas Gerais, com sua economia voltada para o abastecimento interno, na qual se destaca a pecuária no conjunto de atividades rurais, era uma exceção à regra. Segundo a descrição da comarca do Rio das Mortes por Prado Júnior,

a proximidade [de Minas Gerais] de um importante núcleo de povoamento do litoral como o Rio de Janeiro, veio reforçar aquela situação [o desenvolvimento de uma apreciável agricultura voltada inteiramente para a produção de gêneros para o consumo local]. E graças a estas perspectivas excepcionais, a agricultura mineira, embora quase exclusivamente de subsistência – as únicas exceções são os casos já assinalados do algodão em Minas Novas e do tabaco no Sul, – adquire um nível bem mais elevado que o das demais regiões similares da Colônia. E é aí que encontramos as principais daquelas poucas exceções acima lembradas, de grandes propriedades, fazendas, ocupadas unicamente com a produção de gêneros de consumo interno. (Prado Júnior, 2011, p. 170)

Em outro momento, no ensaio, o autor voltou a ressaltar o dinamismo da economia sul-mineira e a migração da população (como desdobramento da economia abastecedora) para áreas de fronteira, sobretudo no sentido à Capitania de São Paulo. De acordo com as palavras do autor,

como se vê, reúne-se neste sul de Minas um conjunto de circunstâncias muito favoráveis à criação de gado; e logo que a região começa a ser devassada pelos exploradores de ouro, inicia-se paralelamente uma atividade rural em que se destacará a pecuária. Esta chamará a si, aos poucos, o mercado próximo que os centros mineradores em formação lhe vão proporcionando. Abastecendo-se a princípio no sertão do Norte e nos Campos Gerais do Sul, os mineiros passarão logo para ela, mais acessível que é, e sobretudo melhor aparelhada que seus concorrentes. O sul de Minas suprirá em seguida, e substituirá, afinal, os fornecedores do Rio de Janeiro: os Campos dos Goitacazes e os mesmos Campos Gerais citados; estes ficam

mais longe, aqueles transformam seus pastos em canaviais. É em 1765 que descem para o Rio de Janeiro os primeiros gados da nova proveniência. Até São Paulo, vizinho embora dos Campos meridionais, se abastecerá em Minas. Aliás, desde fins do século XVIII, como já referi, os criadores mineiros começam a descer a Mantiqueira, indo estabelecer-se em São Paulo, na região que flanqueia a serra a oeste, de Franca a Mogi Mirim. (Prado Júnior, 2011, p. 208)

Kenneth Maxwell (2009) também realçou a importância econômica da região a partir da crise da mineração, desvelando a participação de fazendeiros e burocratas residentes na comarca do Rio das Mortes, no movimento rebelde de 1789. Em suas análises sobre o perfil socioeconômico dos conjurados, o autor destacou a importância da região como o celeiro que abasteceria as regiões em conflito com o Estado metropolitano. Por fim, cabe destacar ainda o artigo clássico de Sérgio Buarque de Holanda, “Metais e pedras preciosas”, no qual o historiador assinalou que, mesmo cessada a atividade mineradora,

para o antigo arraial do Rio das Mortes [São João del-Rei] a cessação da exploração aurífera não impede que muito ouro continue a afluir, mesmo nos tempos de depressão, pois abastece toda a capitania do fruto de sua atividade agrária, pastoril e até manufatureira. (Holanda, 2004, p. 306-307)

Enfim, o que se quer destacar é o papel desempenhado pela economia de abastecimento da comarca do Rio das Mortes no conjunto de atividades que propiciava a geração de riqueza, no interior do Brasil. Essa economia, que desde o período colonial, com a crise da mineração, estava em expansão, se beneficiou com a instalação da corte portuguesa no Rio de Janeiro e, segundo Lenharo (1993), a partir das atividades mercantis de abastecimento da cidade carioca galgou não apenas ganhos materiais (títulos nobiliárquico e sesmarias no Vale do Paraíba do sul fluminense), mas também seu espaço na política joanina e, depois da Independência, no Império do Brasil. Ao problematizar o abastecimento da corte como uma temática política, Lenharo (1993) procurou demonstrar como esse setor da classe proprietária do Centro-Sul se articulou politicamente em nível regional e se projetou no espaço da corte, através das suas atividades voltadas para a produção e distribuição de gêneros de primeira necessidade para o consumo interno.

Nem mesmo o fracasso dos liberais em 1842 inviabilizou o comércio entre o sul de Minas Gerais e o Rio de Janeiro, tampouco o estabelecimento de comerciantes mineiros naquela praça de comércio (Teixeira, 2009). Foi num cenário em meio às disputas políticas que a rede mercantil de Gervásio Pereira Alvim se consolidou na praça carioca. A formação dessa rede remota aos tempos de dom João no Brasil. Tanto o pai de Gervásio, o capitão Gervásio do Carmo, quanto o avô, o capitão-mor Gervásio Pereira Alvim, participaram ativamente do comércio abastecedor da corte. O pai fora, na década de 1820, um dos mais importantes atravessadores de escravos africanos desembarcados no Porto do Rio de Janeiro para a comarca do Rio das Mortes, enquanto o avô, português, herdeiro do seu sogro, o coronel José de Resende Costa (inconfidente), foi um dos homens mais ricos do Distrito da Lage, termo da Vila de São José, comarca do Rio das Mortes, ampliou sua fortuna através de atividades ligadas a produção de gêneros alimentícios consorciada com a atuação política e de mando na região (Teixeira, 2009; Pinto, 2014).

Na inflexão provocada pela integração do Centro-Sul do Brasil, formou-se um circuito mercantil no eixo São José-Lage-Carrancas-São João del-Rei-Rio de Janeiro, no qual a comarca do Rio das Mortes se apresentou como o elo entre os homens. Nesse espaço foram construídas alianças familiares e redes de clientela que foram aproveitadas e aperfeiçoadas no processo de inserção de comerciantes sul-mineiros, na praça mercantil do Rio de Janeiro, desvelando as articulações e os esforços familiares para se introduzirem nas redes de comércio e obterem os benefícios; leiam-se riquezas, prestígio e poder, que a atividade produzia. É a partir desse circuito que observamos as atividades mercantis do fazendeiro Gervásio Pereira Alvim. Será sobre os homens que mudaram para o Rio de Janeiro e suas atividades no comércio entre o sul de Minas Gerais e a praça mercantil carioca que abordaremos nas próximas seções.

2. Família e comércio: os desdobramentos das fazendas mineiras

O comerciante Carlos Joaquim Máximo Pereira foi um dos primeiros da rede mercantil de Gervásio Pereira Alvim a se estabelecer com casa de comércio, na praça do Rio de Janeiro. Carlos Joaquim era mineiro,

oriundo da Vila de São José, filho de comerciante local, o alferes Manoel Pereira Lopes. Em 1849, foi listado no *Almanak Laemmert*, em diversas seções, sob a razão social “Carlos Joaquim Máximo Pereira e Cia.”, essa casa comissária estava situada na Rua Direita, n. 123. Sócio e muito amigo de José Bernardino Teixeira, outro importante comerciante da praça carioca, que também mudara para a corte naquela década, fundaram a casa mercantil “José Bernardino e Máximo Pereira”, situada no mesmo endereço de Carlos Joaquim, estabelecimento onde os fazendeiros mineiros poderiam fazer suas compras e depositar créditos para futuros negócios naquela praça.

Ao lado destes, por volta de 1854, um velho amigo de Minas Gerais, Francisco Eugênio de Azevedo, oriundo da Vila de Carrancas, tio materno de Gervásio Pereira Alvim, também apareceria listado no *Almanak Laemmert*, como negociante nacional. Sua casa mercantil, “Francisco Eugênio de Azevedo e Cia.”, servia como casa comissária de fazendeiros do sul de Minas Gerais nas suas atividades com a praça mercantil do Rio de Janeiro.

Ainda na Rua Direita, outra casa mercantil de mineiros, “José Esteves e Botelho Sobrinho”, parentes da esposa de Francisco Eugênio de Azevedo, oriundos do sul de Minas Gerais, no ano de 1860, apareceu no *Almanak Laemmert*, como loja de miudezas e quinquilharias.

Esses sujeitos foram os primeiros a se estabelecerem na praça mercantil carioca, a se firmarem como negociantes de grosso trato, desdobrando as atividades das fazendas sul-mineiras. No Rio de Janeiro, eles buscaram a fortuna e, através de suas atividades, facilitaram os trâmites dos negócios entre mineiros e cariocas. Tratava-se de uma aliança entre membros das elites regionais de Minas Gerais, aquelas vinculadas ao setor de abastecimento do Rio de Janeiro, partindo da comarca do Rio das Mortes. Assim, esses comerciantes, quando facilitavam os arranjos mercantis e evitavam o atravessador carioca, garantiam os instrumentos reprodutores da riqueza e do poder local dos fazendeiros a eles articulados. Em outras palavras, ao facilitar a circulação do crédito e das mercadorias entre as duas regiões, esses homens favoreciam o controle do comércio regional por um grupo restrito de fazendeiros-comerciantes. Com o controle do comércio regional, além de resultar a reprodução da riqueza, o produto final seria apropriado pelos fazendeiros-comerciantes também na aquisição de instrumentos de distinção social e de promoção do poder local.

Em contrapartida, para o sucesso de tais empreendimentos, esses comerciantes deveriam reforçar seus vínculos com essas elites regionais mineiras, tecendo alianças de casamento, forjando redes de parentesco. Destarte, o comerciante Carlos Joaquim Máximo Pereira contraiu primeiras núpcias com uma das herdeiras da Fazenda Ponta do Morro, no Distrito de Prados, termo da Vila de São José, comarca do Rio das Mortes, dona Maria José, filha do comendador Antônio Francisco Teixeira Coelho e de dona Claudina Celestina da Natividade, pessoas com as quais os familiares de Gervásio Pereira Alvim mantinham tratos mercantis e sociais. O comendador Antônio Francisco foi um dos homens mais ricos do termo da Vila de São José, sendo, em 1831, um dos maiores proprietários de escravos do termo com a posse de 142 cativos e, em 1852, quando de seu falecimento, seu monte-mor somou 150:060\$900 réis, distribuídos na posse de escravos, terras, casas de morada e vivenda em Prados, em São José e na corte, animais, produções agrícolas e objetos de luxo. Já Francisco Eugênio de Azevedo casou-se com dona Maria Emerenciana de Andrade e Azevedo, também de Carrancas, filha do comerciante Francisco Inácio Botelho. Com esse enlace, Francisco Eugênio, que era negociante na Vila de São João del-Rei, teve seu “passaporte carimbado” para o Rio de Janeiro. O comerciante passaria a integrar o corpo de comerciantes mineiros na praça comercial do Rio de Janeiro.

Além dessas alianças, outras foram tecidas no intuito de recrutar novos membros. A filha de Carlos Joaquim casou com o comerciante são-joanense Carlos de Almeida Magalhães, ele era sócio de Carlos Joaquim, o pai da noiva, e filho do comerciante da praça mercantil de São João del-Rei, Sabino de Almeida Magalhães. O enlace matrimonial foi testemunhado por José Bernardino Teixeira, que, na época, já era tutor dos filhos menores de Carlos Joaquim, que acabara de falecer. Há ainda que se destacar a aliança de compadrio entre Carlos Joaquim e Sabino: o último era padrinho de um dos filhos de Carlos Joaquim e dona Maria José. Destacamos também as relações de amizade entre Carlos Joaquim e os familiares de Francisco Eugênio de Azevedo.

Obviamente, ao lado do reforço das alianças com os parceiros em Minas Gerais, os comerciantes mineiros trataram de tecer novas alianças numa tentativa de maior integração com a comunidade local. José Bernardino Teixeira, por exemplo, em 1852 e 1853, fazia parte da Diretoria

do terceiro Banco do Brasil criado por Mauá, que, segundo Carlos Gabriel Guimarães (1997), era composta por comerciantes, matriculados, ou não, no Tribunal do Comércio, e suas atividades iniciaram em 1851. Francisco Eugênio reforçou seus vínculos com os parentes da esposa já sediados na capital do Império, formando diversas sociedades. Já Carlos Joaquim Máximo Pereira, além da sociedade com José Bernardino Teixeira, associou-se a José Joaquim Teixeira de Valença e Carlos de Almeida Magalhães, seu genro, para formar a casa mercantil “Carlos Joaquim Máximo Pereira e Cia.”, também listada no *Almanak Laemmert*.

Tais associações foram importantes alianças para a perpetuação no tempo das atividades mercantis, na praça carioca. O comércio era uma atividade que, embora aberta a diferentes níveis de fortuna, tinha uma circulação, uma rotatividade de pessoas muito grande. Essa circulação não deixava de atingir o topo da hierarquia mercantil, ainda que fosse mais frequente na sua base (Venâncio, 2001; Pedreira, 1997). Vários elementos influíam na rotatividade do corpo mercantil. Já são bastante conhecidas na historiografia brasileira as transformações de fortunas mercantis em atividades agrárias, que reputavam mais prestígio social, sendo esta, por conseguinte, uma das causadoras da grande fluidez do corpo mercantil. Além disso, outros fatores contribuía para a rotatividade e fluidez, como, por exemplo, as falências, as doenças e as mortes de sócios e cônjuges, a sucessão e/ou as dificuldades inerentes à prática da mercancia, tais como crédito limitado, sagacidade e boas percepções, além das mudanças nos rumos do comércio, da conjuntura e das flutuações econômicas. Todos esses elementos influíam na permanência do comerciante na prática do comércio. Como bem atentou Jorge Pedreira, “não são poucos os que, perante as dificuldades, preferem largar a vida dos negócios” (Pedreira, 1997, p. 141) diante de tantos elementos definidores e influenciadores da permanência nas atividades, afinal “as mesmas condições que propiciavam o início de uma carreira podiam, portanto, determinar o seu final antecipado” (Pedreira, 1997, p. 137). Assim, a permanência desses sujeitos como negociantes de grosso trato na praça carioca dependia de arranjos tecidos com outros indivíduos estabelecidos ali.

É certo que eles não compunham o topo da hierarquia mercantil, não concentravam os mecanismos de controle da liquidez do comércio, embora buscassem a diversificação dos negócios e dos investimentos.

Faltavam-lhes instrumentos políticos, que, combinados com a atividade mercantil, dariam maior segurança diante das flutuações econômicas e das mudanças políticas, e garantiriam a reprodução da riqueza e do poder, bem como assegurariam maior controle sobre as incertezas e instabilidade da atividade mercantil. No entanto, eram sujeitos que lutavam pela sobrevivência e pela reprodução de um modo de viver e, nesse sentido, as alianças visavam à criação e recriação de instrumentos necessários a sua permanência como negociantes de grosso trato, na praça mercantil carioca. Para além das relações familiares e do patrocínio delas decorrente, essas alianças tinham como objetivo assegurar e alargar o crédito, bem como manter a credibilidade. Ser reconhecido pelos pares como sujeito de boa-fé, boa conduta, de fortuna, sagaz e inteligente fazia parte do universo mercantil, tratava-se de um dos instrumentos perpetuadores dos negociantes na atividade. Conjugando tais representações ao volume e à extensão da atividade, a esses homens era reputado o título de homens de negócios¹. Enfim, as faculdades para a permanência no mundo do comércio associavam, de um lado, fortuna e crédito, de outro, fama, reputação e reconhecimento pelos pares, combinados com um pouco de sorte, bastante perspicácia e conhecimento e parcimônia nas atividades e nos investimentos.

E isso foi o que tais homens fizeram. Teceram alianças tanto em Minas Gerais, quanto no Rio de Janeiro, criaram e recriaram condições favoráveis ao alargamento do crédito, partindo da construção da credibilidade. Promoveram o comércio interprovincial mineiro, facilitando os arranjos mercantis, favorecendo a circulação do crédito e de mercadorias, bem como os acertos de negócios. Suas casas mercantis eram pontos certos, nos quais os fazendeiros-comerciantes mineiros buscavam o apoio para envio e recebimento de mercadorias, bem como dos créditos decorrentes do abastecimento da corte.

¹ O título de homens de negócios não era reputado a qualquer mercador ou vendedor a retalho. A carga semântica trazia consigo uma série de faculdades que articulavam o crédito, o volume e a extensão dos negócios e o reconhecimento pelos pares da fortuna e do capital de giro empregados no desenvolvimento do comércio. Entre outros, conferir Braudel (1998), Fragoso (1998), Pedreira (1997), Furtado (1999).

3. Gervásio Pereira Alvim e seus negócios na corte

Em 30 de março de 1850, de São João del-Rei, o comerciante Francisco Eugênio de Azevedo escrevia a Gervásio Pereira Alvim, informando sobre os encaminhamentos dos negócios naquela praça e no Rio de Janeiro. Na carta, o autor dizia:

Sobrinho e senhor Gervásio
São João, 30 de março de 1850

Muito estimarei saber que você passa saudável, bem como Maria Salomé, e seus pais e irmãos, a quem eu e sua tia saudamos.

Pelo negro vai a paneira de seda que custou 300, e cá recebi 500 réis e o resto acertei em sua conta. Sentimos não poder irmos a Missa [?], por ter hóspedes em casa, e ficamos bem apesar não poder irmos, e ficamos-lhes obrigado pelo convite.

Como você ainda não vendeu o gado, eu já fiz transação para o Rio, porque precisará do dinheiro no Rio neste mês, por isso não é preciso mais porém se você quiser mande deixar a quantia [que] quiser depositada em mão de José Bernardino Teixeira, a sua ordem que logo aqui se acha transação.

Entretanto diga-me se com efeito mandou dar no Rio por minha conta 400 réis que há dias deu-me um recado seu tio Francisco de Assis, e como até agora não tive solução por isso desejo saber se com efeito mandou dar.

Seu tio amigo obrigado.

Francisco Eugênio².

A carta, representativa da dinâmica mercantil entre a comarca do Rio das Mortes e a corte do Rio de Janeiro, apresenta Gervásio Pereira Alvim em ação nos seus negócios com a praça carioca. De um lado, seu tio, auxiliando nos arranjos mercantis, tomando a frente nos trâmites da atividade, enviando o dinheiro para saldo de créditos na primeira ocasião que encontrara. Do outro, o fazendeiro, envolvido com o comércio de gado, aguardando as melhores oportunidades para o negócio. No entremeio, o comerciante mineiro sediado no Rio de Janeiro, José Bernardino Teixeira, com portador em São João del-Rei, servindo como depositário e intermediário do fazendeiro na praça carioca para futuros

² Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del-Rei, Documentação privada de Gervásio Pereira Alvim: Carta enviada por Francisco Eugênio de Azevedo, São João del-Rei, 30 de março de 1850 (grifo nosso).

saques e/ou encomendas. E, ao término da carta, o pedido de confirmação do efetivo pagamento realizado em nome de Francisco Eugênio por Francisco de Assis, também tio de Gervásio, na praça carioca. Desvelando alguns traços característicos do comércio interprovincial, mais que isso, da dinâmica econômica de sociedades pré-industriais, a carta revela as dificuldades do comércio entre praças geograficamente distantes, sobretudo no que tange à circulação das mercadorias e do crédito, à ação dos intermediários e à falta de liquidez do mercado. Despontam, ainda, os mecanismos encontrados pelos comerciantes e fazendeiros, para processarem os tratos mercantis entre praças distantes: as articulações com comerciantes, a fim de promover o comércio interprovincial.

Os acertos dos negócios eram a principal dificuldade do comércio entre praças distantes. A falta de numerário circulante, as longas distâncias e as inseguranças dos trajetos, bem como o intenso recurso ao crédito exigiam dos agentes a presença de intermediários que auxiliassem e facilitassem os tratos mercantis em diferentes pontos do comércio. Dentre suas principais funções, os intermediários tentavam solucionar as dificuldades de acertos dos negócios, garantir a circulação das mercadorias e facilitar o acesso ao crédito. Em especial, no comércio entre Minas Gerais e o Rio de Janeiro, representado pela rede mercantil de Gervásio Pereira Alvim, observamos que o estabelecimento dos mineiros na praça carioca fazia parte de estratégias que visavam facilitar os arranjos mercantis entre as regiões e superar esses obstáculos no desenvolvimento da atividade. Nesse sentido, como retratado na missiva, as figuras de Francisco Eugênio de Azevedo, José Bernardino Teixeira e Carlos Joaquim Máximo Pereira exerciam, entre outros papéis desempenhados, essas funções. As casas mercantis desses homens recebiam créditos em nome de Gervásio, ficando em saldo e conta para futuras transações. Assim, em 19 de fevereiro de 1853, Francisco Eugênio, já estabelecido na praça carioca, informava a Gervásio que havia recebido dois créditos de Joaquim Manoel que foram depositados em sua conta. Alguns meses depois, em 4 de maio, Joaquim Manoel Alves de Araújo, comerciante de gado, a quem Gervásio costumava consignar seu gado, entregava a Francisco Eugênio a quantia de 1.173\$400 réis, também em saldo e conta do fazendeiro mineiro. No ano seguinte, a casa de José Bernardino e Carlos Joaquim Máximo Pereira receberia, por ordem do capitão Manoel Pereira de Resende Alvim, tio de Gervásio, a quantia de 700\$000 réis,

que foram creditados em conta de Gervásio. Essa última transação envolveu o acionamento de uma cadeia de crédito. Segundo a carta enviada pelos comerciantes, o crédito fora entregue por Francisco Xavier Dias da Fonseca por ordem do doutor Manoel José Monteiro de Barros Galvão de São Martinho, em cumprimento da ordem do capitão Manoel, residente no termo de Passatempo, Minas Gerais. Nesse mesmo ano, a casa ainda receberia em conta de Gervásio mais os créditos de Francisco Machado no valor de 200\$000 réis, em 28 de fevereiro; e, no dia 4 de outubro, receberia por mão do próprio Gervásio a quantia de 800\$000 réis.

Transações como essas foram constantes na documentação privada do fazendeiro Gervásio. Elas revelam que as dificuldades de acertos dos negócios foram suplantadas através de alguns comportamentos mercantis. Diante das dificuldades em enviar o dinheiro para a corte, a partir da comercialização do gado e de outros gêneros alimentícios com os quais abasteciam a cidade carioca, o produto dos negócios era entregue a intermediários locais, que, em posse do capital, tratavam dos acertos de débitos com outras casas mercantis, bem como recebiam e preparavam os pedidos dos mineiros para a movimentação do comércio regional, assim como para o abastecimento das fazendas.

Assim, em 7 de maio de 1855, Francisco Eugênio escrevia a Gervásio para reportar a respeito do pedido que aprontara em 30 de abril. Segundo o missivista, parte do pedido seguiria com José Pedro Guimarães e Irmão, conforme consta do recibo firmado, e o restante partiria depois, pois não havia condutor. Avisava que as cargas somaram 271\$000 réis, que foram levados a débito em conta do fazendeiro naquela casa mercantil. Finalizava, recomendando-se a todos e com o desejo de que a viagem de regresso tivesse sido boa, e estimava que as cargas chegassem em breve.

No dia 23 de maio, José Pedro Guimarães, referindo-se a Gervásio como primo, de São João, informava que no dia anterior haviam aportado em sua casa mercantil as cargas do fazendeiro vindas do Rio de Janeiro. Dizia que pagou de carretos a quantia de 400\$400 réis e que, pelo condutor que fosse buscá-las, enviaria o recibo da condução. Nessa transação observamos outros empecilhos da atividade: a falta de carretos e a dificuldade de movimentação pelas estradas imperiais. Embora o comércio entre as regiões de Minas Gerais e a corte do Rio de Janeiro fosse bastante volumoso, as dificuldades de passagem ainda permaneciam. Os caminhos eram sinuosos, precários e de difícil acesso, e os riscos de

assaltos e acidentes eram frequentes. A preocupação com as estradas, o transporte e a comunicação era tema recorrente entre as autoridades imperiais e provinciais, que percebiam, nas dificuldades de acesso e de circulação da informação, graves empecilhos para o desenvolvimento econômico interno. Desde os tempos de dom João, havia projetos de melhorias da infraestrutura interna da colônia com vistas a facilitar a comunicação entre as regiões do interior e a nova sede do Império lusitano (Lenharo, 1993). Já no período imperial, as autoridades provinciais mineiras, percebendo os entraves ao desenvolvimento econômico das suas regiões, em momentos distintos (1835, 1864 e 1871), desenvolveram planos de integração das cidades e dos mercados mineiros entre si e o aperfeiçoamento das ligações com a capital imperial (Godoy; Barbosa, 2006).

As dificuldades de circulação e dos transportes afetavam a dinâmica mercantil, gerando contratempos e “desconforto” nas relações entre comprador, vendedor e tropeiros, como reportado na missiva de Francisco Eugênio. A falta de transporte gerava entraves na regularidade das tropas, dificultando o comércio e a circulação das mercadorias. Em maio de 1855, Francisco Eugênio conseguia enviar parte das cargas encomendadas por Gervásio e, em março de 1856, informava que as cargas já estavam prontas, porém não foram enviadas por falta de condução para Carrancas, quando, então, aguardava uma nova para São João del-Rei. Tais cargas foram despachadas no dia 17 de março, sendo transportadas pelo tropeiro Miguel José Maciel, que levava também os pedidos das casas mercantis de “Serzedello e Machado” e “Loureiro, Botelho e Castro e Cia.”. Além disso, há que se destacar que, no problema dos transportes, havia ainda os riscos de perda da mercadoria. Nesse caso, de quem era a responsabilidade sobre os produtos perdidos? Quem assumiria o prejuízo?³ Enfim, o estado das estradas era fonte de preocupações não

³ Em 8 de março de 1893, Gervásio recebeu uma carta de um consignatário de vinhos em Carandaí, Policarpo Rocha, a respeito da carga enviada para a comercialização. Segundo Policarpo Rocha, devido à viagem, o vinho havia vazado no percurso, molhando outros produtos, fato que provocou a deterioração destes, e ainda que o vinho estava muito azedo. Meses depois, em 3 de maio do mesmo ano, o comerciante voltava a escrever, reclamando do prejuízo da carga em função de vazamento do vinho e dos vasilhames e da perda de outros produtos. Documentação privada de Gervásio Pereira Alvim: Carta enviada por Policarpo Rocha, Carandaí, 8 de março de 1893 e 3 de maio de 1893.

apenas das autoridades, mas dos agentes mercantis, pois gerava perdas e aumentava os custos dos produtos.

Seja como for, o movimento das tropas entre Minas Gerais e o Rio de Janeiro era bastante intenso, tendo o fazendeiro Gervásio feito diversos pedidos a casas mercantis cariocas por mercadorias que serviriam tanto para o comércio interno à comarca do Rio das Mortes, quanto para o abastecimento da sua fazenda. De maneira geral, apesar de as cartas pouco reportarem sobre as cargas enviadas, restringindo-se a informar acerca dos recebimentos dos pedidos, dos valores levados a débitos ou créditos, dos prazos de pagamentos e transportes delas, os gêneros adquiridos pelo fazendeiro eram fazendas secas importadas e nacionais. Gervásio adquiria, tanto no mercado carioca, quanto em outras praças mineiras, tecidos (sedas, chitas, baetas) e lenços, material para costura (linhas, botões, fitas, agulhas), chapéus, especiarias e temperos (cravo-da-índia, erva-doce, canela, pimenta-do-reino), bebidas (vinho e cerveja), louças, fumos, rapé, pregos, para ferrar, freios, arames, aço, pólvora, espoleta, chumbo, armas (espingardas), entre outros gêneros. Enfim, tratava-se de produtos para consumo das fazendas mineiras, não produzidos na região, mas que faziam parte do universo rural da comarca do Rio das Mortes. Pelo volume de pedidos e de cargas, bem como pelas atividades exercidas pelo fazendeiro, que também era proprietário de um rancho de tropas e um “negócio” no caminho das Lages, tais produtos serviam também para o abastecimento do comércio local, tendo como consumidores as fazendas vizinhas de Gervásio no Distrito da Lage e de parentes residentes em outras partes de Minas Gerais⁴.

Outro traço indelével nas atividades mercantis de Gervásio Pereira Alvim era a pessoalidade das relações firmadas, sustentadas no importante papel da família no abono e identificação dos sujeitos históricos.

⁴ Gervásio fora um homem de muitos negócios, consorciando as atividades agrárias e mercantis. Além de sua fazenda, possuía um rancho para pouso de tropas e um negócio no caminho da Lage, pelos quais pagava impostos. Conferir Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim: Renda provincial de Minas Gerais, exercício de 1856-1857; Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del-Rei: Documentação privada de Gervásio Pereira Alvim: Renda provincial de Minas Gerais, exercício de 1882-1883; Imposto municipal da Câmara da cidade de São José, do ano de 1888. Além disso, era constante o pedido de fazendeiros do distrito e de parentes que moravam em outras partes de Minas Gerais a Gervásio para envio de tais tipos de produtos para suas fazendas.

O intenso recurso às compras a prazo fazia com que os agentes envolvidos no comércio, sobretudo nos negócios a longa distância, fossem pessoas conhecidas. A falta de instrumentos mais precisos de identificação e métodos mais seguros de negociação forçava o conhecimento dos homens, da sua fama, da sua riqueza, bem como de sua família e de suas parentelas. Isso porque, numa economia condicionada por elementos sociais e subordinada às relações de clientela e vizinhança, a família e a parentela eram importantes instrumentos de inserção social. No comércio, em especial, a família, além de ostentar grande capacidade de criação de vínculos e redes de clientela, revelou ser a base de identificação e sustentação dos sujeitos, facilitando, assim, os arranjos mercantis. Por exemplo, já foram ressaltadas as relações de parentesco envolvendo os comerciantes mineiros sediados na praça carioca com Gervásio Pereira Alvim. Francisco Eugênio era tio materno de Gervásio; Carlos Joaquim tinha fortes vínculos de amizade com irmãos de Francisco Eugênio, enquanto a sogra de Carlos Joaquim mantinha estreita relação de amizade e parentesco com a família de Gervásio Pereira Alvim, sem deixar de mencionar os vínculos firmados com o comerciante são-joanense Sabino de Almeida Magalhães; já José Bernardino Teixeira, havia muito tempo, desempenhava a função de intermediário das relações mercantis de fazendeiros e comerciantes da comarca do Rio das Mortes com a capital imperial. Havia ainda os vínculos com comerciantes que, atuantes na praça de São João del-Rei, mantinham estreitas relações mercantis com o Rio de Janeiro, como foi o caso de José Pedro Guimarães, Sabino Almeida de Magalhães e Manoel Gomes de Castro (Graça Filho, 2002), para ilustrar. Quando não havia vínculos familiares ou de parentela envolvidos diretamente, as relações mercantis eram intermediadas por sujeitos que conheciam e atestavam a veracidade e fortuna dos envolvidos, ou seja, as relações se fundavam na fama e credibilidade dos intermediários.

Assim, a família desempenhava o papel de núcleo-base, que assegurava condições favoráveis aos que vinham de meios geográficos e sociais exteriores às praças mercantis. A partir das relações sociais emergidas dos vínculos familiares, novos negociantes eram inseridos nos circuitos de comércio: tio, primos, pais, amigos, padrinhos atuavam de diversas formas no sentido de familiarizar os novos agentes com os mecanismos mercantis e, também, de apresentá-los e creditá-los perante os antigos (Pedreira,

1997; Lenharo, 1993; Teixeira, 2009; Pinto, 2014). Essas articulações se davam em nível local-regional e projetavam-se no comércio interprovincial de Minas Gerais com o Rio de Janeiro, como parte de estratégias familiares que visavam à reprodução da riqueza e ao controle dos instrumentos de dominação e dos cargos político-administrativos regionais.

Assim pensamos as relações mercantis de Gervásio Pereira Alvim. As atividades mercantis eram permeadas pelas relações familiares e vice-versa. Os laços familiares e de amizade de Gervásio com os comerciantes estabelecidos na praça carioca garantiam o acesso ao crédito e facilitavam a circulação do comércio, e, por seu turno, o fazendeiro abastecia essas casas mercantis com gêneros produzidos na região.

No entanto, esse modelo de organização econômica, que sofria influência das relações sociais e pessoais, no qual os vínculos familiares constituíam um importante esteio nas atividades mercantis, entrava em falência com a emergência das relações capitalistas, bem como com a interferência do Estado nas relações interpessoais. Isto é, a maior ingerência do Estado nas relações domésticas, entoando o projeto civilizador que culminou na centralização do Estado, nas décadas de 1840 e 1850, que, representada pela política do governo saquarema, buscava disciplinar o governo da casa e da rua (Mattos, 2004), traria novos comportamentos, afetando as formas dos homens se relacionarem. Em nosso caso, em especial, a promulgação do Código Comercial, em 1850, alterou os tratos mercantis, ao interferir na forma como os homens se relacionavam, bem como transformou as percepções do crédito e da dinâmica do comércio.

Na dinâmica mercantil firmada por Gervásio Pereira Alvim, essas transformações se fizeram sentir a partir da década de 1860, quando Francisco Eugênio repreendia Gervásio pelos sucessivos atrasos na quitação das letras firmadas, na praça carioca, e o alertava dos riscos que corria com tal comportamento. Ou ainda, quando o mesmo comerciante informava ao fazendeiro não ser possível dar prazo maior que seis meses para quitação do débito no valor de 300\$300 réis, ou, ainda, a clareza dos comerciantes José Bernardino e Botelho Sobrinho, de que o prazo e a condição para saldo do débito no valor de 211\$785 réis eram os vigentes na praça carioca. Sinalizando mudanças no curso da economia e da política brasileira, as mudanças nas regras do jogo mercantil forçaram adaptações e novos ajustes e acertos entre os fazendeiros e os comerciantes. Não que, de imediato, as relações pessoais tenham sido substituídas por

contratos com “empresários capitalistas”. O que percebemos na documentação privada do fazendeiro Gervásio e queremos enfatizar foi que paulatinamente as relações pessoais perdiam espaço no complexo jogo de acesso ao crédito e de manutenção da credibilidade, e o comércio entre o eixo São José-São João del-Rei-Rio de Janeiro ganhava novas tonalidades.

A emergência de novas relações e percepções dos créditos minava as antigas formas de organização do comércio interprovincial, fazendo emergir novos instrumentos de acesso ao crédito e de construção da credibilidade, bem como alterava os comportamentos mercantis. Assim, a partir da década de 1860, Gervásio estrearia uma nova forma de relacionamento, na qual a pessoalidade perdia espaço para as relações impessoais, com caráter mais capitalista, e o cumprimento dos prazos passava a ser o elemento construtor da credibilidade e manutenção do crédito.

Conclusão

Abordamos neste artigo a dinâmica do comércio entre o sul de Minas Gerais, a comarca do Rio das Mortes e o Rio de Janeiro, na segunda metade do século XIX, como parte do processo de desdobramento dos negócios dos mineiros após a chegada da corte portuguesa no Brasil, em 1808. Diante das oportunidades abertas, membros da família do fazendeiro Gervásio Pereira Alvim teceram alianças que afiançaram novas inserções no ramo de abastecimento da corte. A partir da formação de um circuito, Lage-São José-São João del-Rei-Carrancas-Rio de Janeiro, formado a partir de alianças familiares e redes de clientela, avançamos no estudo do desdobramento dos negócios dos mineiros na praça carioca, em especial, o processo de inserção de negociantes sul-mineiros como negociantes de grosso trato no Rio de Janeiro, a partir da década de 1840.

A instalação desses sujeitos na praça carioca visava facilitar os arranjos de negócios entre a região mineira (a comarca do Rio das Mortes) com a corte, favorecendo a dinâmica mercantil, o acesso ao crédito, e dava mais credibilidade aos fazendeiros mineiros que viajavam aquela praça em busca de melhores negócios. Enfim, com a função de facilitar os

arranjos mercantis e evitar o atravessador carioca, o firmamento desses sujeitos no Rio de Janeiro fazia parte de um projeto familiar, no qual os membros dividiam funções entre si, garantindo a comunicação entre os mundos rural e urbano, a circulação entre a fazenda e a cidade.

Fontes

Fontes primárias

ALMANAK Laemmert. Disponível em <<http://www-apps.crl.edu/brazil/almanak>>.

ARQUIVO Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del-Rei:

Inventários:

Antônio Francisco Teixeira Coelho (comendador), São José, 1852, caixa 58.

Francisco Inácio Botelho (tenente-coronel), termo da cidade de Aiuruoca, 1879, caixa 41 (Inventários de Aiuruoca).

Documentação privada de Gervásio Pereira Alvim:

Carta enviada por Francisco Eugênio de Azevedo, São João del-Rei, 30 de março de 1850.

Carta enviada por Policarpo Rocha, Carandaí, 8 de março de 1893.

Carta enviada por Policarpo Rocha, Carandaí, 3 de maio de 1893.

Imposto municipal da Câmara da cidade de São José, do ano de 1888.

Renda provincial de Minas Gerais, exercício de 1882-1883.

ARQUIVO Nacional:

Inventário *post mortem*: Carlos Joaquim Máximo Pereira (inventariado), procedência: Juízo dos Órfãos, 1ª Vara, notação 830, 1869, caixa 4.066.

ARQUIVO Particular de Gervásio Pereira Alvim (posse pessoal):

Carta enviada por Francisco Eugênio de Azevedo, praia Pequena, 19 de fevereiro de 1853.

Carta enviada por Francisco Eugênio de Azevedo, Rio de Janeiro, 7 de maio de 1855.

Carta enviada por Francisco Eugênio de Azevedo, Rio de Janeiro, 13 de março de 1856.

Carta enviada por Francisco Eugênio de Azevedo, Rio de Janeiro, 17 de março de 1856.

Carta enviada por Francisco Eugênio de Azevedo, Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1862.

Carta enviada por José Bernardino e Máximo Pereira, Rio de Janeiro, 8 de novembro de 1854.

- Carta enviada por José Esteves e Botelho Sobrinho, Rio de Janeiro, 7 de junho de 1856.
- Carta enviada por José Pedro Guimarães, São João, 23 de maio de 1855.
- Recibo da casa mercantil Francisco Eugênio de Azevedo e Cia., Rio de Janeiro, 4 de maio de 1853.
- Recibo da casa mercantil José Bernardino e Máximo Pereira, Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1854.
- Recibo da casa mercantil José Bernardino e Máximo Pereira, Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1854.
- Renda provincial de Minas Gerais, exercício de 1856-1857.

LISTAS nominativas da Província de Minas Gerais, Distrito de Prados, 1831-1833.

Referências bibliográficas

- BLOCH, Marc. *Apologia da história*, ou, O ofício de historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII: os jogos das trocas*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. O comércio de abastecimento de carne verde para a cidade do Rio de Janeiro, o caso da crise de 1818 – notas de pesquisa. *ANAI DO ENCONTRO DA ANPUH-RJ*, 2006, Rio de Janeiro.
- DIAS, Maria Odila da Silva. A interiorização da metrópole (1808-1853). In: MOTA, Carlos Guilherme. *1822: dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1986, p. 160-184.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia – Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: HUCITEC, 1999.
- GODOY, Marcelo Magalhães; BARBOSA, Lidiany Silva. Uma outra modernização: transportes em uma economia não exportadora (1850-1870). *ANAI DO XII SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA*. Diamantina: CEDEPLAR/FACE-UFMG, 2006.
- GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume, 2002.
- GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *Bancos, economia e poder no segundo reinado: o caso da sociedade bancária Mauá, McGregor & Companhia (1854-1866)*. São Paulo: USP, 1997 (Tese de Doutorado em História Econômica).

- HOLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial – sua desagregação. *História geral da civilização brasileira: o Brasil monárquico*. São Paulo: DIFEL, 1985.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Metais e pedras preciosas. *História geral da civilização brasileira: a época colonial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 259-310.
- LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da corte na formação política do Brasil (1808-1842)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1993.
- LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 2011, p. 135-163.
- MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE-UFGM, 1982 (Texto para Discussão, n. 10).
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. São Paulo: HUCITEC, 2004.
- MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira – Brasil e Portugal (1750-1808)*. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. *Os homens de negócio da praça de Lisboa de Pombal ao vintismo (1755-1822)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1997 (Tese de Doutorado em História).
- PEREIRA, Alexandra Maria. Uma loja de Vila Rica. In: CARRARA, Ângelo Alves (org.). *À vista ou a prazo: comércio e crédito nas Minas setecentistas*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2010, p. 33-52.
- PEREIRA, Alexandra Maria. *Das Minas à corte, de caixeiro a contratado*. Jorge Pinto de Azevedo. Atividade mercantil e negócios na primeira metade do século XVIII. São Paulo: USP, 2013 (Tese de Doutorado em História Econômica).
- PETRONE, Maria Thereza Schorer. *O Barão de Iguape: um empresário da época da Independência*. São Paulo: Nacional, 1976 (Brasiliana, v. 361).
- PINTO, Paula Chaves Teixeira. *De Minas para a corte*. Da corte para Minas: movimentações familiares e trocas mercantis (c. 1790-c. 1880). Niterói: UFF, 2014 (Tese de Doutorado em História).
- PRADO JÚNIOR, Caio. *A formação do Brasil contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Cia. das Letras, 2011.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil e outros ensaios*. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.
- REVEL, Jacques. (org.). Microanálise e construção do social. *Jogos de escalas*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- RODRIGUES, André Figueiredo. *Estudo econômico da conjuração mineira: análise dos sequestros de bens dos inconfidentes da comarca do Rio das Mortes*. São Paulo: USP, 2008 (Tese de Doutorado em História Social).
- SLENES, Robert W. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX. *Estudos Econômicos*. São Paulo: IEP/USP, v. 18, n. 3, 1988, p. 449-495.
- TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves. *Família escrava e riqueza na comarca do Rio das Mortes*. São Paulo: Annablume, 2006.

- TEIXEIRA, Paula Chaves. *Negócios entre mineiros e cariocas: família, estratégias e redes mercantis no caso Gervásio Pereira Alvim (1850-1880)*. Niterói: UFF, 2009 (Dissertação de Mestrado em História).
- VENÂNCIO, Renato Pinto. Comércio e fronteira em Minas Gerais colonial. In: FURTADO, Júnia Ferreira (org.). *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império ultramarino português*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001, p. 181-192.
- ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1990.